

Particulares tentam acordo com pais sobre mensalidade

JORNAL DE BRASÍLIA

DF - Educação

4 AGO 1988

As escolas particulares do Distrito Federal encontra uma forma de burlar a liminar da 4ª Vara Fazendária, que fixou o reajuste de 255,5% para a mensalidade de julho deste ano, com base no cálculo de dezembro de 87.

Elas estão tentando um acordo direto com os pais de alunos, através de um documento explicando as causas dos reajustes e solicitando a assinatura dos responsáveis. Caso as escolas obtenham maioria absoluta de assinaturas, fica acordado o reajuste junto ao Conselho de Educação do DF, conforme prevê o inciso I do segundo artigo do decreto 95.921, de 14 de abril de 88.

O Conselho de Educação do DF vem recebendo, desde segunda-feira, diversas reclamações de pais que alegam estar sofrendo pressão das escolas para assinarem o acordo. As pressões se devem ao fato de que hoje a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) inicia a fiscalização do reajuste das mensalidades junto a todas as escolas de Brasília. Os documentos enviados aos pais determinam um prazo de 48 horas para a devolução, com a assinatura. Em algumas escolas, as crianças são orientadas pelos professores a cobrarem dos responsáveis o documento assinado, sob pena de ficarem sem aula.

Planilha

Segundo o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Federal de Educação, Ib Gatto Falcão, os acordos são legais, desde que as escolas apresentem a planilha de custo, justificando o reajuste. «É necessário que os pais avaliem o índice proposto pela escola no seu orçamento». Ib Gatto disse ainda que cabe aos conselhos estaduais analisar a legitimidade do acordo, verificando a identidade dos signatários, condição fundamental para a sua aprovação. Caso fique comprovado que houve coação por parte das escolas, os acordos não serão homologados pelos conselhos.

Uma mãe de três filhos matriculados no Colégio Dom Bosco, que preferiu não se identificar com medo de represálias junto às crianças, disse que não assinou o acordo por considerá-lo ilegal.

Aumentos

O diretor do Colégio Dom Bos-



Padre Ivo Gomes, da Dom Bosco, acha que sem os aumentos a escola terá que fechar as portas

co, padre Ivo Gomes, ressaltou que o acordo proposto pela escola prevê a cobrança da Unidade de Referência de Preços (URP) 17,68% de julho, mais 10% de acréscimo em setembro, a serem repassados aos professores. «Sem estes aumentos, a escola não tem condições de continuar funcionando». Segundo ele, apenas 20% dos pais assinaram o



Fotos: Valério Ayres

acordo. «Neste colégio não houve qualquer tipo de pressão, ressaltou padre Ivo, mas confirmou ter dado um prazo de 48 horas para a devolução do documento. «Existem 2.800 vagas nas escolas públicas do Plano Piloto. Por que os pais insatisfeitos não colocam seus filhos nestas escolas?», quis saber o padre.

Sunab inicia a fiscalização

A Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) começa hoje a fiscalização do reajuste das mensalidades das escolas particulares em todo o Distrito Federal. O superintendente da Sunab, Oiram Campos Cruz, assinou ontem o convênio com o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), que dá poderes ao órgão de visitar os estabelecimentos escolares e verificar o cumprimento do decreto Governamental 95.921 e da liminar da 4ª Vara de Fazenda Pública, que regulamentam os reajustes.

Segundo o Delegado Regional da Sunab, Paulo Guimarães, as primeiras escolas a serem visitadas pelos fiscais constam de uma lista — ainda não divulgada — de 34 nomes enviados pelo Conselho de Defesa do Consumidor (Procon), através do CEDF. Estas escolas vêm sendo denunciadas por pais de

alunos, desde a publicação do novo decreto, pela majoração das mensalidades praticadas.

Para a operação a Sunab conta com nove fiscais, mas segundo Guimarães, se necessário, serão convocados colaboradores da Secretaria de Finanças, do GDF, a exemplo do ocorrido durante o Plano Cruzado e o Plano Bresser. O Conselho de Educação do DF, que originariamente de acordo com o decreto 95.921, tinha o encargo de fiscalizar as mensalidades, também poderá ser convocado para auxiliar na fiscalização. «Através deste Convênio, o Conselho de Educação nos delegou o poder de fiscalizar por não possuir fiscais ou poder de aplicar multas, o que não impede que nós venhamos a convocá-los para nos ajudar», informou o delegado.

Gatto rebate a fala de Hugo

O Presidente da Comissão de Encargos Educacionais, que funciona junto ao Conselho Federal de Educação, Ib Gatto Falcão, rebateu ontem as declarações do ministro da Educação, Hugo Napoleão, que em entrevista a um jornal paulista, publicada na última segunda-feira, disse que estava preocupado com a «aprovação de reajustes por decurso de prazo sem o julgamento do mérito do pedido, realizadas pelos Conselhos de Educação».

Ib Gatto explicou que a aplicação de reajustes extraordinários por decurso de prazo foi realizada pelo Conselho Federal somente nos casos das escolas particulares do País que não tiveram seus pedidos de reajustes analisados pelos Conselhos Estaduais. «Isto levou estes estabelecimentos (cerca de 100 em todo o País) a recorrerem ao CFE, que em sua plenária decidiu que aplicado o sistema de reajuste por decurso aos processos que não tivessem sido analisados no prazo de 60 dias», justificou.

Ao Conselho Federal de Educação cabe apenas a análise de pedidos de reajustes para as escolas de 3º grau, tendo aprovado os reajustes das escolas de 1º e 2º graus por decurso, apenas por não terem sido analisadas anteriormente.